

PMs farão assembleia na quarta-feira. Até lá, atenderão apenas as emergências. Eles querem equiparar os salário ao dos policiais civis e estão insatisfeitos com a falta de homens nas ruas, denunciada pelo **Correio**

Militares ameaçam nova greve

FÁBIO GÓIS

DA EQUIPE DO CORREIO

Atrégua acabou. Policiais militares planejam retomar um movimento conhecido — e criticado — pela população do Distrito Federal, a Operação Padrão. Nesta quarta-feira, a partir das 17h, quatro mil homens são esperados em frente ao Palácio do Buriti para cobrar promessas feitas pelo governador Joaquim Roriz ainda em 2000, quando o salário dos policiais civis aumentou em 80% e os PMs não receberam o mesmo reajuste. Até lá, a intenção é atender apenas as ocorrências emergenciais, passadas pelo Centro Integrado de Atendimento e Despacho (Ciad), interferir nas rádios das viaturas e suspender as notificações de trânsito.

A decisão foi tomada, na noite de sexta-feira, durante assembleia em Taguatinga, com 3.500 militares. Na quarta-feira, os descontentes decidem se farão greve. A revolta dos policiais tomou

proporções ainda maiores depois que o governador anunciou que irá equiparar o salário dos agentes do Departamento de Trânsito do DF (Detran/DF) com o dos civis, em R\$ 3.900 — o piso salarial de um soldado é de R\$ 1.500. Enquanto isso, os PMs receberão R\$ 150 de aumento no auxílio-alimentação.

“Tentamos negociar com o governador, mas ele sequer nos recebeu. A tropa está desmotivada”, resume um dos líderes do movimento, cabo Patrício, da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares (Aspol). Segundo o deputado federal Alberto Fraga (PTB), o dinheiro está saindo dos cofres do Detran, e quem mais arrecada as multas são os PMs.

Falta de policiais

A ira dos militares — praças, em geral — recai também sobre a falta de policiamento nas ruas do DF. O **Correio** divulgou ontem, com exclusividade, dados sigilosos obtidos na Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP/DF).

Carlos Moura



POLICIAIS NO 2º BATALHÃO, EM TAGUATINGA: DOCUMENTO DA SSP MOSTRA QUE QUASE METADE DOS PMS ESTÁ FORA DAS RUAS

Eles revelam que mais da metade do contingente da PM realiza funções administrativas. Apenas sete mil dos 16 mil militares estão designados para o policiamento ostensivo.

Um sargento, que pediu para não ser identificado e que trabalha nas ruas há mais de dez anos, revolta-se com o número de apadrinhados nos órgãos públicos e atuando em áreas administrativas. “Parte dos novatos que saem da Academia de Polícia Militar é requisitada para trabalhar no GDF.”

O promotor de Justiça Paulo Gomes, que atuou por sete anos

na Promotoria Militar do Ministério Público do DF, critica o uso dos PMs nas áreas administrativas. “Existe um estudo da Fundação Getúlio Vargas que mostra a ineficiência do trabalho dos policiais nessas áreas. O ideal seria promover um concurso público ou terceirizar o serviço.”

Para Fraga, não é preciso tanto. Segundo o deputado, basta o governador empregar a Lei Federal 10.020/2000, sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que permite o contingente dispensado pelas Forças Armadas no serviço voluntário a trabalhar no adminis-

trativo da PM. Cada voluntário receberia dois salários mínimos para isso.

O secretário de Segurança Pública do DF (SSP/DF), general Athos Costa de Faria, foi procurado para comentar a reportagem publicada ontem pelo **Correio**, mas não retornou a ligação. Já o comandante da Polícia Militar, coronel Pedro José Ferreira Tabosa, informou, por meio da assessoria de Comunicação, que se pronunciará depois que tomar conhecimento dos dados oficiais informados pela SSP. O porta-voz do GDF, Paulo Fona, não quis se pronunciar sobre a crise na PM.

Troca no comando

O governador Joaquim Roriz planeja mudar a cúpula da Polícia Militar. Com a saída do chefe da Casa Militar, coronel Cezar Caldas, para missão em El Salvador, ainda este ano, o comandante-geral da PM, coronel Pedro José Ferreira Tabosa, deve assumir o posto. No lugar dele, o nome mais cogitado é o do atual chefe do Estado Maior, coronel Renato Azevedo. O coronel Carlos Alberto Lopez Medeiros, que volta este mês de El Salvador, deverá assumir o Estado Maior.

Pela primeira vez, o governador Roriz não deverá atender a pedidos políticos para indicar um comandante geral da corporação. O coronel Azevedo já foi comandante de unidade no governo Cristovam Buarque e coregido da corporação. O **Correio** apurou que ele é o nome preferido para o cargo, entre praças e oficiais, independentemente de ideologia política. Até mesmo quem costuma criticar as indicações do governador Joaquim Roriz, como o presidente da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares, cabo Patrício, reconhece a competência de Azevedo.